

**ACONTECE****ASSEMBLÉIA GERAL**

De conformidade com o artigo 16 dos Estatutos da Associação dos Ex-Bolsistas da JICA - ABJICA-SP ficam convocados todos os associados para Assembléia Geral Ordinária que será realizada no dia 07/06/91 no Auditório do Instituto de Engenharia, à Av. Dr. Dante Pazzanese, 120. A primeira convocação ocorrerá às 18:00hs, caso haja falta de quorum a segunda chamada será feita às 19:00hs,

quando os trabalhos serão iniciados com qualquer número de associados.

A ORDEM DO DIA PARA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA SERÁ:  
- Discussão e Aprovação do Relatório de Atividades;  
- Prestação de Contas;  
- outros.

Para maiores informações entrar em contato com ABJICA-SP.

**JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO**

Como tradicionalmente acontece, após a Assembléia Geral Ordinária no dia 07/06/91, haverá o jantar de confraternização da ABJICA-SP, no mesmo local. Contamos com a sua presença e solicitamos fazer a adesão com antecedência. O jantar será às 20:00hs no Instituto de Engenharia e a taxa de adesão é de Cr\$ 4.000,00, os contatos deverão ser feitos com os seguintes organizadores:

Toshi-ichi Tachibana  
Tel. 268.2211 - r. 728 ou 869.2351  
Maria Cecília Pires  
Tel. 210.1100 - r. 345 ou Res. 261.7314.  
José Taniguti  
Tel. 280.1055 - r. 250 ou Res. 241.6470.

Luiz Morita  
Tel. 252.3623 ou Res. 282.5788.  
Maria de Lourdes S. Sueyoshi  
Tel. 275.3433 - r. 172 ou Res. 279.7664.  
Susumu Niyama  
Tel. 268.2211 - r. 421 ou Res. 883.7536.  
Norma Shibazaki de Almeida  
Tel. 227.9720 ou Res. 290.7457.  
Paulo Tetuia Hasegawa  
Tel. 210.1100 - r. 433/296 ou Res. 813.3314  
Minoru Matsunaga  
Tel. 275.3433 - r. 215 ou 578.7403.

Para maiores informações entrar em contato com a ABJICA-SP através do Sr. Yutaka. Endereço e telefone constam do Expediente deste Boletim.



Cena do último jantar realizado em dezembro de 1990 com a presença de membros do Consulado Geral do Japão em São Paulo e do Escritório da JICA.

**LEIA AINDA****2**

- **ORQUÍDEA COMO ATIVIDADE ECONÔMICA.**

Descubra como pode se tornar rentável um hobby.

**2**

- **ROTEIRO PARA SOLICITAÇÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA RECEBIDA DO EXTERIOR.**

Conheça o abcdário da Agência Brasileira de Cooperação.

**4**

- **SEMINÁRIO BRASIL-JAPÃO EM AGROTÓXICOS.**

Leia tudo que aconteceu nos dias 29 e 30/01/91.

**4**

- **MESA REDONDA**

Promovida pela ABJICA-SP, ABMS e IE, vai acontecer em 22/05/91.

**5**

- **CONCURSO DE MONOGRAFIA.**

Leia detalhes sobre o II Concurso de Monografia, que veio para ficar.

**5**

- **PRÊMIO ABJICA**

Conheça mais um projeto da ABJICA para apoiar e estimular o desenvolvimento e a pesquisa.

**5**

- **MOVIMENTO NACIONAL PELA MELHORIA DA PRODUTIVIDADE.**

Saiba mais sobre esta iniciativa do Instituto de Engenharia.

## ORQUÍDEA COMO ATIVIDADE ECONÔMICA

Muitos dos nossos pais tem no fundo do quintal alguns vasos de orquídea cultivados com todo carinho. É um prazer observar os tratos que são dados e muitas vezes mal percebemos a delicadeza da flor e o que ela pode representar como derivativo das nossas atividades do cotidiano.

Para a agricultura as flores e as plantas ornamentais têm importância econômica e não é sem razão que os nossos pais estejam se dedicando ao setor. O Estado de São Paulo, atualmente produz mais de 70% da produção nacional.

No caso particular das orquídeas, se no passado muitos se dedicavam ao seu cultivo como "hobby", como ainda ocorre, outros já antevem como uma atividade econômica bastante promissora. Até pelo detalhe de iniciar como hobby e posteriormente fazer dele uma alternativa econômica. São Paulo tem dezenas de associações congregando os aficcionados da orquídea e como tradição, realiza há mais de 20 anos a Exposição de Orquídeas na União Cultural Brasil-Japão. A primeira em março, ocasião do início da floração de muitas espécies no ano e em setembro, no início da primavera. Quem quiser conhecer a cultura pode participar das reuniões dessas associações ou mesmo iniciar o contato com uma aula por mês, oferecida gratuitamente. Nestas aulas qualquer iniciante pode ter entre os alunos alguns produtores que podem dar as dicas iniciais.

É bom, portanto, se introduzir conhecendo as principais espécies como dendrobium, oncidium, catléias, miltonias, phalenopsis, vandas, laelias, entre as mais conhecidas e cultivadas. Estas são plantas de cada uma das "famílias" com determinadas características comuns de tipo e tamanho do bulbo, tipo e tamanho da flor, cor e forma. Como toda planta a orquídea necessita de tratos culturais como adubação e irrigação controlada de modo regular. Dependendo da espécie o florescimento pode iniciar aos dois anos, enquanto que outros necessitam de mais tempo para florir.

Atualmente alguns produtores possuem laboratórios para realizar os cruzamentos entre espécies originando as melhores e belas flores híbridas.

Através da tecnologia de reprodução meristemática estes híbridos são multiplicados. As plantas por provirem de uma só planta mãe e serem isentas de vírus tem um padrão uniforme de desenvolvimento e é possível a obtenção de milhares de mudas que são vendidas aos consumidores por ocasião da floração. O Brasil tem 90% da espécie oncidium do mundo todo, sendo que das diferentes espécies de orquídeas, existem no mundo cerca de 25.000, cada uma adaptada a exigências de luminosidade, umidade e temperatura.

Por razões de clima algumas espécies vão bem em regiões mais quentes do interior, outras ao contrário florescem em re-

giões de clima mais frios. Assim podemos encontrar produtores em Cotia, São Bernardo do Campo, Mogi das Cruzes, São José dos Campos, Rio Claro, Jundiaí, Campinas, Assis, Santa Cruz do Rio Pardo, etc. Devido as diferenças climáticas podemos ter orquídeas floridas durante o ano inteiro, bastando adquirir cada espécie na época do seu florescimento.

Como atividade econômica alguns produtores se organizaram em forma de associação voltada para os mercados interno e externo. Como o mercado externo se apresenta promissor os produtores têm viajado para o Japão e Colômbia e ainda este ano irão para a Itália, a fim de conhecerem os mercados dos países desenvolvidos.

Em 1989 os produtores realizaram em São Paulo uma exposição internacional, que irá se repetir em setembro deste ano. Estas exposições qualificam o Brasil a sediar o Congresso Mundial em 1996 na cidade de São Paulo. Se você tiver interesse é bom começar o cultivo agora para a exposição daquele ano e quiçá ser um premiado, abrindo as portas para o mercado internacional.

Minoru Matsunaga  
Ex-Bolsista da JICA e  
Conselheiro da ABJICA.

## COOPERAÇÃO

### AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

#### ATRIBUIÇÃO E ESTRUTURA DA ABC

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), foi criada pelo Governo brasileiro, em 1987, como um órgão autônomo do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Com a atribuição de planejar, coordenar, acompanhar e avaliar os programas e projetos de cooperação técnica internacional-CTI, a ABC é a entidade do Governo encarregada de operacionalizar a política brasileira nessa área.

Não obstante o modelo institucional da ABC refletir aqueles das principais agências de cooperação existentes como a GTZ, a JICA, a CIDA e a ODA entre outras - ele é o único na medida em que a Agência engloba as duas vertentes da CTI: a cooperação técnica prestada a outros países em desenvolvimento e a cooperação técnica recebida de países desenvolvidos e organismos internacionais. A estrutura organizacional da ABC traduz estas funções a ela atribuídas,

englobando duas coordenações de cooperação técnica prestada (a: América Latina e Caribe, e b: África, Ásia e Europa Oriental) e duas coordenações de cooperação técnica recebida (a: bilateral e b: multilateral). A Direção da ABC é exercida por um Diretor Executivo, diplomata, que também chefia o Departamento de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica - DCT, englobando a Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica - DCTEC e a Divisão de Formação e Treinamento - DFTR, MRE. O corpo técnico da Agência é constituído por funcionários permanentes, especialistas em cooperação técnica internacional e em assuntos administrativos. Complementarmente, a ABC utiliza os serviços de consultores independentes, na medida em que se façam necessários.

Encontram-se hoje, em execução, 13 Programas de Cooperação Técnica Recebida Bilateral e Multilateral, fundamentados nos Acordos de Cooperação firmados

pelo Governo brasileiro com a RFA, o Japão, a França, o Canadá, a Espanha, a Grã-Bretanha e a Itália, bem como com PNUD, a FAO, o FNUAP, a OEA, o UNICEF e a UNIDO, entre outras entidades internacionais. Tais programas envolvem a execução de cerca de 300 projetos de cooperação técnica recebida, através dos quais são alocados, anualmente, cerca de US\$ 140 milhões pelas entidades internacionais e governos estrangeiros. As entidades brasileiras envolvidas com a cooperação técnica recebida alocam outros US\$ 140 milhões/ano, aproximadamente.

#### O PAPEL DA CTI

A cooperação técnica recebida tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do País, utilizando a ajuda técnica externa como elemento propulsor de mudanças estruturais. Neste contexto, a cooperação recebida adquire um caráter estratégico, uma vez que possibilita acelerar-se a interiorização

de técnicas não dominadas localmente. Para que o esforço desenvolvido nesta área surta efeito é necessário que os projetos que venham a ser definidos e implementados traduzam efetivamente prioridades nacionais e que as instituições executoras sejam eficientes em absorver os conhecimentos técnicos transferidos.

Desta forma, o papel da instituição executora nacional não é passivo, devendo ser fundamentalmente motivado e comprometido com os meios e os fins pré-estabelecidos.

As prioridades atuais estabelecidas pelo Governo brasileiro enfatizam o combate ao processo inflacionário como pré requisito para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico do País. Neste sentido, é concedida especial ênfase ao fortalecimento da capacidade tecnológica do setor produtivo, de aumentar sua eficiência e competitividade. Esta maior eficiência das empresas nacionais torna-se tão mais importante no momento em que se inicia uma etapa de maior abertura da economia nacional para o mercado externo de produtos e serviços. Um mercado interno cada vez mais exigente e com opções ampliadas de abastecimento também prioriza a adequação da qualidade e redução de custos dos produtos ofertados.

Por outro lado, a atual administração federal enfatiza a modernização das instituições públicas brasileiras, de forma a compatibilizá-las com as tendências de descentralização e desregulamentação da economia, concentrando a ação do Estado nas áreas onde o seu papel é fundamental, ou seja, na saúde, na educação, no saneamento básico e nos serviços essenciais como transporte e energia. Nesse contexto, mereceu destaque a preocupação fundamental em preservar-se o meio ambiente concomitantemente aos processos de industrialização e de expansão da fronteira agrícola do País. As linhas de ação da cooperação técnica internacional vêm enfatizando esta orientação, algumas vezes viabilizando até mesmo a implementação de projetos que contemplam a intervenção direta na área social, com vistas a favorecer as camadas menos favorecidas da sociedade.

#### DIRETRIZES PARA A CTI

A preocupação em melhor articular os benefícios da cooperação técnica recebida com as reais necessidades do sistema produtivo nacional tem induzido a ABC a busca permanente de mecanismos que maximizem o aproveitamento de seu potencial. Neste sentido, podem ser destacadas as seguintes diretrizes que balizam a ação da Agência:

- desenvolver ação pró-ativa com vistas a estabelecer os programas e projetos de cooperação através da identificação das necessidades nacionais e das oportunidades existentes, em estreita articulação com os órgãos setoriais brasileiros e organismos governamentais estrangeiros e internacionais;
- trabalhar por programas, de forma que a visão geral dos problemas setoriais

condicione a apresentação das propostas de projetos, que deverão cobrir os principais temas a serem equacionados na área em questão;

- concentrar esforços nas prioridades estabelecidas nos Planos e Programas instituídos, globais e setoriais, em estreita consonância com as políticas do governo;
- priorizar a implementação de ações naqueles casos onde haja uma articulação efetiva entre o órgão executor, os usuários finais dos conhecimentos transferidos e as políticas e programas de Governo de modo a aumentar as probabilidades de concretização dos resultados dos projetos a nível de sistema produtivo ou de usuários finais dos conhecimentos transferidos;
- concentrar esforços em programas e projetos onde seja possível obter um maior efeito multiplicador dos seus resultados, de forma a maximizar os benefícios obtidos da cooperação técnica recebida;
- priorizar a implementação de projetos que apresentam uma real perspectiva de transferência e absorção de conhecimentos. Os principais aspectos que condicionam esta absorção são a alocação efetiva de contrapartida nacional ao projeto e a capacitação institucional humana e material - da entidade executora, inclusive quanto aos aspectos gerenciais e organizacionais envolvidos.

#### PROCEDIMENTOS

##### a) Planejamento da CTI

No desempenho de sua atribuição de planejar, coordenar, acompanhar e avaliar os programas e projetos de cooperação técnica, a ABC adota procedimentos específicos na operacionalização dos programas. O trabalho desenvolvido pela Agência inicia-se pela elaboração de diagnósticos de situação - ou a utilização de estudos já existentes - juntamente com órgãos setoriais brasileiros (Ministérios, Secretarias de Governo, órgãos de fomento tecnológico, etc.), de forma a identificar as demandas nacionais para as quais a cooperação técnica possa contribuir significativamente.

Os estudos realizados são consubstanciados em "Marcos de Orientação" que identificam, de um lado, os principais problemas para cuja solução a cooperação técnica poderá contribuir e, de outro lado, os "Termos de Referência" ou linhas de ação que deverão ser implementados para equacionar integralmente estes problemas. Os "Marcos de Orientação" elaborados são discutidos com as fontes de cooperação de forma a agregar suas sugestões e a verificar as possibilidades de apoio para a implementação das linhas de ação identificadas.

##### b) Identificação das Instituições Nacionais de Formulação dos Projetos

Na etapa seguinte, ABC, juntamente com os órgãos setoriais brasileiros, identifica as instituições nacionais mais indicadas para receber a cooperação e as orienta na elaboração de uma "Solicitação de Cooperação Técnica - SCT"

As solicitações apresentadas são analisadas e, eventualmente, as entidades

proponentes são orientadas para adequação das propostas selecionadas e enquadradas nos Programas instituídos. Uma vez enquadrada a SCT, a entidade proponente detalha o projeto em modelo específico que é encaminhado formalmente pela ABC/MRE à Embaixada do país cooperante para análise da possibilidade de apoiá-lo no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica em vigência.

O objetivo deste trabalho de coordenação desenvolvido pela ABC é duplo: de um lado, procura balizar as proposições apresentadas segundo as prioridades instituídas nos Planos e Programas Setoriais nacionais e nos Programas de Cooperação Técnica em operação; e, de outro lado, orientar as instituições proponentes na formulação adequada das idéias de projeto, compatibilizando-as com a natureza específica das ações da cooperação técnica.

Este trabalho de orientação às instituições proponentes não limita a apresentação espontânea de "Solicitações de Cooperação Técnica" ou mesmo de "Projetos Detalhados de Cooperação Técnica" se a entidade executora assim o desejar.

##### c) Avaliação do Projeto de Cooperação

Em caso de aprovação pela ABC/MRE e pela fonte externa é programada a realização de uma missão conjunta de avaliação do projeto de cooperação (avaliação "ex-ante"), com a participação de representantes da fonte externa, da ABC e das entidades envolvidas com a execução do trabalho. Para tanto, a ABC utiliza os serviços de consultores independentes, especialistas na área em questão.

Ao término da missão de avaliação é assinado um Protocolo de Intenções explicitando os principais pontos acordados entre as instituições envolvidas. Posteriormente, estes pontos são incorporados no documento de projeto, de forma a ressaltar as alterações decorrentes das recomendações técnicas feitas pelos especialistas. Este documento reformulado é encaminhado pelo MRE/ABC à Embaixada da fonte externa.

##### d) Formalização da Aprovação do Projeto

A anuência da fonte externa de cooperação quanto à aprovação da proposta de projeto é comunicada à ABC pela sua Embaixada em Brasília. Nesta oportunidade, é encaminhada ao ministério uma minuta de Ajuste Complementar para análise e aprovação. Após as análises da ABC, da instituição proponente do projeto e das áreas componentes do MRE, a minuta é aprovada e encaminhada à Embaixada da fonte externa para a Troca de Notas fixando os Termos de cooperação específica.

##### e) Monitoramento e Avaliação do Projeto

Após a implementação dos projetos de Cooperação Técnica, a ABC procede ao acompanhamento e monitoramento da sua execução, através da análise dos Relatórios de Progresso, visitas técnicas e realização de missões de avaliação (avaliação intermediária e avaliação final do projeto).

# AGROTÓXICOS FOI TEMA DE SEMINÁRIO BRASIL-JAPÃO

Nos dias 29 e 30 de janeiro passado, a ABJICA-SP conjuntamente com Instituto Biológico da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e a JICA - Japan International Cooperation Agency promoveram o Seminário Brasil-Japão em Agrotóxicos. O evento contou, ainda, com o apoio das seguintes instituições: ANDEF, ABNT, INMETRO e Nestlé.

O Seminário foi realizado no auditório do Instituto de Engenharia de São Paulo com a participação de aproximadamente 260 pessoas. Com o levantamento de dados feito através das fichas de inscrições ficou demonstrado que os temas abordados foram de encontro com os interesses dos profissionais e estudantes das áreas afins. A grande maioria dos participantes vieram das Instituições de Pesquisa e Extensão, Universidades, Empresas do setor e Cooperativas Agrícolas.

A troca de experiências em agrotóxicos nas áreas de formulação, manejo, resíduo de pesticidas e persistência no solo; entre os técnicos japoneses e brasileiros foram os principais objetivos deste Seminário.



Detalhe da Mesa Diretora durante o Seminário



Vista geral dos participantes do Seminário

O sucesso do Evento refletiu a necessidade de uma crescente discussão de temas ligados a saúde e a preservação do meio ambiente. Com a aproximação do século XXI o Homem tomou consciência da necessidade de uma maior atenção com a sua própria alimentação bem como da ecologia.

Ao término do Seminário sobre Agrotóxicos foi distribuído aos participantes um questionário, para que os mesmos fizessem uma avaliação das palestras dos técnicos da missão japonesa bem como dos palestrantes brasileiros. Além disso, o questionário abordou itens como de local do Seminário, apoio logístico da secretaria, disponibilidade de material, tradução, tempo de palestra, outros temas que deveriam ser abordados e como tomou conhecimento do seminário. Entre os temas sugeridos para um futuro seminário os mais indicados estão relacionados com questões do Meio Ambiente.

## MESA REDONDA - EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO BRASIL - JAPÃO EM ENGENHARIA CIVIL

No dia 22 de maio de 1991, às 18:00 horas, no auditório do Instituto de Engenharia, à Av. Dante Pazzanesi, 120, acontecerá uma Mesa Redonda sobre "Experiências de Cooperação Brasil - Japão em Engenharia Civil".

O evento é uma promoção conjunta da ABJICA-SP, ABMS e do IE, com

objetivos de salientar e divulgar o intercâmbio de experiências nesta área entre os dois países, o qual tem se intensificado nos últimos anos.

Um dos grandes projetos desenvolvidos, nesta área, aconteceu durante o ano de 1990 e tratou da questão dos Escorregamentos de Encostas, o que foi de

grande importância, pois esteve relacionado diretamente com os problemas da Serra do Mar na região do Município de Cubatão.

Para maiores informações entrar em contato com a ABJICA-SP ou com a ABMS pelo telefone 268-7325.

## INCENTIVO

# ABJICA-SP INSTITUI CONCURSO DE MONOGRAFIAS

### “AGORA VOCÊ ESCOLHE O TEMA”

Em 1990 a ABJICA-SP realizou o Concurso de Monografias Sobre Limpeza Urbana, cujo vencedor recebeu como prêmio uma viagem ao Japão. O concurso alcançou de maneira satisfatória os objetivos propostos com apresentação de trabalhos de bom nível.

Partindo do princípio “o que é bom deve continuar”, o Concurso de Monografias passa a fazer parte da programação anual da ABJICA-SP.

Com a intenção de dinamizar e aperfeiçoar os futuros concursos, a Diretoria da ABJICA-SP considerou por bem fazer algumas modificações em relação ao anterior. A primeira, e por consequência a mais importante, trata-se do “Tema”. O Tema não será mais proposto pela Diretoria. Sendo assim, todos aqueles que tiverem interesse em participar pode e deve enviar sugestões de temas já para o próximo concurso, e todas serão analisadas e avaliadas.

O Concurso de Monografias já é uma realidade, e a ABJICA-SP está aguardando a sua sugestão até o dia 30/05/91. Para tanto, você deve enviá-la para a sede da mesma, aos cuidados do Sr. Yutaka, o endereço consta no Expediente desse Boletim.

As demais modificações no regulamento do Concurso serão amplamente divulgadas aos interessados juntamente com o tema escolhido. Fique atento, em breve estaremos divulgando outras informações através do São Paulo Kenshu-in.

## PRÊMIO ABJICA: UM INCENTIVO À DIVULGAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Com o objetivo de incentivar a divulgação técnico-científica do Japão no Brasil a ABJICA-SP concederá, bienalmente, o “Prêmio Técnico-Científico ABJICA”. Serão contemplados as pessoas ou organizações que tenham contribuído de maneira significativa neste campo.

O Prêmio será ortogado por uma Comissão, que será composta por cinco membros de entidades ligadas a pesquisas, bem

como instituições de fomento indicados pela ABJICA-SP.

O Regulamento do Prêmio ABJICA está em fase de elaboração final e oportunamente será amplamente divulgado. Para maiores informações os interessados deverão entrar em contato com a Associação dos Ex-Bolsistas da JICA - ABJICA-SP. O endereço consta no Expediente desse Boletim.

## DEBATE

# MOVIMENTO NACIONAL PELA MELHORIA DA PRODUTIVIDADE

O Instituto de Engenharia, através do seu corpo de associados, vem desencadeando uma ampla discussão sobre a melhoria da produtividade a nível nacional. Através do “Movimento Nacional Pela Melhoria da Produtividade”-MNMP, o Instituto de Engenharia visa mobilizar a sociedade para a criação de uma consciência sobre produtividade.. o objetivo primeiro deste movimento é obtenção de resultados sensíveis na melhoria da relação custo/benefício, essencial para o desenvolvimento brasileiro.

De acordo com os princípios do MNMP a melhoria da produtividade inicia-se com mudanças de comportamento do indivíduo desde seu ambiente doméstico, passando pelas empresas, grandes corporações e dos procedimentos funcio-

nais do Estado.

O Instituto de Engenharia vem divulgando nos meios científicos e empresariais um documento denominado “Movimento Nacional Pela Melhoria da Produtividade” no qual consta uma série de avaliações e procedimentos para que tal meta possa ser atingida. Do Documento consta, ainda, uma definição de Produtividade e que isto significa em termos de Governo e Iniciativa Privada.

O MNMP conclama a sociedade como um todo a participar deste esforço, sendo assim, as entidades e unidades empresariais que aderirem ao Movimento deverão constituir em novos polos de irradiação do esforço pela Melhoria da Produtividade.

De acordo com o MNMP o principal

programa para desencadear este esforço foi o “Encontro Nacional Pela Melhoria da Produtividade”. Este Evento contou com a participação das lideranças nacionais do setor produtivo da nação; Confederações, Federações, Associações, Sindicatos dos Trabalhadores e dos Empresários, representantes de profissionais, da comunidade científica e da acadêmica, além de outras participações individuais. Este Evento foi realizado nos dias 27,28 e 29 de Agosto de 1990 no Palácio de Convenções do Anambi em São Paulo.

A ABJICA, também como uma entidade civil se insere neste processo que não deixa dúvidas quanto à sua importância, principalmente num país como o nosso, onde é notório a deficiência de produtividade em todos os campos de atividade.

### BS Comunicação Visual

- Diagramação, arte-final, fotolito e impressão de Revistas, Jornais, Catálogos, Manuais Técnicos, etc..
- Produção de Slides e Transparências para apresentações, simpósios e cursos de treinamento.

Praça General Rufino Galvão, 82, São Paulo. Tel.: (011) 881-5439.

Para anunciar seus produtos e serviços, contactar Yutaka pelo telefone (011) 279-6577.

## MOVIMENTAÇÃO DOS BOLSISTAS

- Lilian Yuri Itaya Yamaga - Centro de Medicina Nuclear - Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP - 20 de agosto de 1990 à 30 de setembro de 1990
- Luiz Roberto Zadra - Banco do Brasil S/A - CACEX 20 de agosto de 1990 à 07 de dezembro de 1990.
- Edson Gonçalves - Corpo de Bombeiros de São Paulo - de 20 de agosto de 1990 à 25 de novembro de 1990.
- Daniel Klotzel - Coordenadoria da Saúde e Assist. Social da USP - de 20 de agosto de 1990 à 16 de setembro de 1990.
- Francisco Carlos Soriano Arcova - Instituto Florestal de São Paulo - de 13 de agosto de 1990 à 09 de dezembro
- Benedito da Conceição Filho - CETESB - de 06 de agosto de 1990 à 20 de dezembro de 1990.
- Tania Wakisaka - CDHU - Cia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - de 21 de janeiro de 1991 à 04 de março de 1991.
- José Carlos Gomes - Secretaria de Segurança Pública - de 21 de janeiro à 04 de março de 1991.
- Rodolfo Marcato - IPT - de 01 de outubro de 1990 à 31 de março de 1991.
- Celso Santos Carvalho - IPT - de 27 de setembro de 1990 à 23 de outubro de 1990.
- Marco Antonio Palermo - DAEE - de 27 de setembro de 1990 à 23 de outubro de 1990.
- Ana Silvia Martins Serra do Amaral - Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE - de 28 de agosto de 1990 à 23 de dezembro de 1990.
- Jorge Conrado Conforte - INPE - de 27 de agosto de 1990 à 23 de dezembro de 1990.
- Harumi Arashiro Goya - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - setembro de 1990 à 21 de dezembro de 1990.
- Antonio Esio Marcondes Salgado - INPE - Instituto de Pesquisas Espaciais - de 03 de setembro de 1990 à 04 de novembro de 1990.
- Marilda Rapp de Eston - Instituto Florestal de São Paulo - de 02 de setembro de 1990 à 16 de dezembro de 1990.
- Maria Betania Cavalcanti de Araujo Cesare - Secretaria de Estado da Saúde - de 01 de setembro de 1990 à 30 de setembro de 1990.
- Norma Rahal Pinzan - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI - de 27 de agosto de 1990 à 27 de novembro de 1990.
- Fernando Henrique de Almeida Sobral - IPT - de 27 de agosto de 1990 à 21 de outubro de 1990.
- Rosely Antunes Patzina - LIM - Laboratório de Investigação Médica em Gastroenterologia da Faculdade de Medicina da USP - de 27 de agosto de 1990 à 19 de novembro de 1990.
- Antonio Carlos Martins - Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo - de 27 de agosto de 1990 à 28 de novembro de 1990.
- Finê Thomas Rocha - Instituto Florestal de São Paulo - de 23 de agosto de 1990 à 14 de dezembro de 1990.
- Juan Pablo Garulo Rico - SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - de 23 de agosto de 1990 à 19 de outubro de 1990.
- Aluisio Augusto Cotrim Segurado - Faculdade de Medicina da USP - de 20 de agosto de 1990 à 29 de setembro de 1990.
- Sebastião Francisco Miranda Correa - Fundação Oncocentro de São Paulo - de 20 de agosto de 1990 à 30 de setembro de 1990.
- Susumu Niyama - IPT - de 08 de setembro de 1990 à 26 de dezembro de 1990.
- Zilda Schechter - SABESP - de 25 de maio de 1991 à 25 de julho de 1991.
- Carlos Roberto de Oliveira - Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo - de 04 de março de 1991 à 29 de setembro de 1991.
- Clarinda Otomani Otani - Secretarial Municipal de Saúde - de 21 de janeiro de 1991 à 01 de fevereiro de 1991.
- Maria Cristina Cordeiro Delatorre - Secretaria do Estado da Saúde - 14 de janeiro de 1991 à 03 de março de 1991.
- Elysaabeth Leite Carmona - Fundação Padre Anchieta - de 14 de janeiro de 1991 à 03 de março de 1991.
- Mariangela Tirico Auricchio - Instituto Adolfo Lutz - de 14 de janeiro de 1991 à 29 de abril de 1991.
- Carlos Eduardo Chaves - Escola Politécnica da USP de 10 de janeiro de 1991 à 09 de dezembro de 1991.
- Mario Edi Sato - Instituto Biológico de 10 de janeiro de 1991 à 22 de junho de 1991.
- Glauco Gonçalves Tiago - Instituto de Pesca da Secretaria da Agricultura e Abastecimento - de 07 de janeiro de 1991 à 22 de março de 1991.
- Augusto Cesar Rodolpho - Faculdade de Engenharia Elétrica da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - de 26 de novembro de 1990 à 12 de março de 1991.
- Roberto Galdieri - Cia de Processamento de Dados do Município de São Paulo - PRODAM - de 21 de novembro de 1990 à 31 de março de 1991.
- Walter Katsumi Sanuki - CBTU - de 11 de novembro de 1990 à 08 de fevereiro de 1991.
- Paulo Oliveira Alcarpe - Instituto Oceanográfico da USP - de 05 de novembro de 1990 à 20 de março de 1991.
- Rene Saito - Hospital das Clínicas da FMUSP - de 05 de novembro de 1990 à maio de 1991.
- Edson Marcus Bucci - Cia Tecnologia e Saneamento Ambiental - de 25 de outubro de 1990 à 08 de novembro de 1990.
- Maria Tereza de Oliveira Audi - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico - de 23 de outubro de 1990 à 16 de dezembro de 1990.
- Sidinei Francisco Dias - CBTU - de 15 de outubro de 1990 à 23 de dezembro de 1990.
- Maria Cecília Wey de Brito - Instituto Florestal de São Paulo - de 22 de outubro de 1990 à 25 de novembro de 1990.
- Oswaldo Alfaia Junior - CESP - de 24 de setembro de 1990 à 07 de dezembro de 1990.
- Maria Madalena Padrão - Banco do Brasil - CACEX - de 24 de setembro de 1990 à 07 de dezembro de 1990.
- Fernando Amaral Almeida Prado Jr. - CESP - de 01 de outubro de 1990 à 21 de fevereiro de 1991.
- Jairo Vorobow - Secretaria de Estado da Saúde - de 01 de outubro de 1990 à 18 de novembro de 1990.
- Eliana Maria Pessoa Ferreira de Oliveira - Secretária dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo - de 27 de setembro de 1990 à 20 de outubro de 1990.
- Felipe Araujo Calarge - UNICAMP - de 20 de setembro de 1990 à 10 de março de 1991.
- Ricardo Cury Ibrahim - UNICAMP - de 13 de setembro de 1990 à 14 de dezembro de 1990.
- Paulo Cesar Mendonça Guedes - CETESB - de 10 de setembro de 1990 à 02 de novembro de 1990.
- Helio Weibeck - Escola Politécnica da USP - de 06 de setembro de 1990 à 24 de dezembro de 1990.

### ABJICA

#### DIRETORIA

Presidente  
Alberto Tomita  
Primeiro Vice-Presidente  
Toshi-ichi Tachibana  
Segundo Vice-Presidente  
José Ignácio de Almeida  
Primeiro Secretário  
João Vicente Assunção  
Segundo Secretário  
Maria Cecília Pires  
Primeiro Tesoureiro  
José Taniguti  
Segundo Tesoureiro  
Luiz Morita  
Diretora Social  
Maria de Lourdes S. Sueyoshi  
Diretor Técnico-Cultural  
Susumu Niyama

Diretor de Relações Públicas  
Genessi S. Franzoni

#### CONSELHO FISCAL

Telmo Geolito Porto  
Norma Shibazaki de Almeida  
Tiaki Kawashima  
Paulo Tetuia Hasegawa  
Francisco Cássio Kira  
Manoel Marcos Madureira.

#### CONSELHO CONSULTIVO

Levy Kaufman  
Renato Mendonça  
Fausto Haruki Hironaka  
Fernando Proença de Golveia  
Jorge Luiz Marino  
Filadélfio Euclides Venco  
Valdir Bianchi  
Kiyomi Kato Uezumi  
Minoru Sakate

Minoru Matsunaga  
Carlos Eduardo Tirlone.

#### EDITORES

Maria Cecília Pires  
Susumu Niyama.

#### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Mario Antonio Reis Mtb - 20.637

SÃO PAULO KENSU-IN é uma publicação trimestral da Associação dos Bolsistas da JICA - São Paulo destinada à seus associados.

#### Endereço para correspondência

ABJICA  
Associação dos Bolsistas da JICA - São Paulo  
Rua São Joaquim, 381, 6º andar - Liberdade  
CEP 01508 - São Paulo-SP - Tel.: (011) 279.6577

#### Editoração

BS Comunicação Visual  
Tel.: (011) 881.5439